



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 21/03/2022

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

GESSIANO (PIA)  
para relatar.

Em 22/03/22

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça

Antônio Henrique de Carvalho Pires  
DEPUTADO ESTADUAL

Devolvido pelo relator  
17/05/2022.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER nº \_\_\_\_/2022.**

AO PROJETO DE LEI Nº 34/2022, que:

***“Reconhece o risco da atividade profissional e a necessidade de defesa e proteção ao advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil seccional Piauí-OAB/PI.”***

**RELATOR: DEP. HENRIQUE PIRES**

**I – RELATÓRIO**

Apresento, de acordo com os artigos nº 34, I, a), do Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos aspectos de natureza constitucional, legal, jurídica, regimental e de técnica legislativa atinentes ao projeto de lei que passo a analisar.

Trata-se de projeto de lei ordinária que: ***“Reconhece o risco da atividade profissional e a necessidade de defesa e proteção ao advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil seccional Piauí-OAB/PI.”***

A iniciativa da proposta é desempenhada pelo Nobre Deputado Estadual B. Sá

Para tanto, justifica a propositura apoiando-se nas seguintes razões: ***“O presente projeto de lei tem como objetivo reconhecer o risco da atividade e a efetiva necessidade de defesa e proteção ao Advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil Seccional***



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

*Piauí-OAB/PI, com o intuito de solucionar uma grave problema, que é o de advogados não possuírem meio de defesa, no caso de serem atacados por desafetos seus e de seus clientes e até mesmo de clientes insatisfeitos, quando não se encontrarem no interior dos prédios públicos."*

Eis o relatório.

**II – VOTO DO RELATOR**

Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta nos artigos. 59, 61, 137 e 139 do regimento interno desta Casa, o parecer apreciador da matéria deve obedecer a exigências intrínsecas e indispensáveis à edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência dentre outras.

A função Legislativa ora analisada se enquadra no rol do art. 96, I, "b)" e art. 105, I, do Regimento interno, bem como no Art. 75, da Constituição Estadual.

Ao aprofundar o exame da proposição verifico que este projeto de Lei possui embasamento legal válido e não encontra óbice quanto as matérias privativas constantes no Art. 22 da CF/88, ao tempo em que atende a boa técnica legislativa.

Em relação à Constituição Estadual, a iniciativa de Lei que versa sobre a matéria de que trata o projeto em tela não se encontra no rol de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Por fim, vale ressaltar que a análise a nível de Comissão de Constituição e Justiça, não se alonga por critérios de conveniência, mérito ou mesmo oportunidade nas proposições a ela submetidas, mas tão somente à eventual existência de óbices de natureza inconstitucional, antijurídica, vícios de iniciativa e até mesmo de técnica na edição de normas, ficando a cargo das comissões especiais a verificação daqueles critérios.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legislante do Nobre Deputado e a boa técnica legislativa da proposição sob exame, **manifesto-me favoravelmente ao prosseguimento do projeto de Lei nº 34/2022, de autoria do Nobre Deputado B. Sá.**

Este é o meu parecer.

**III – PARECER DA COMISSÃO**

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ☒

Pela rejeição ( )

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022

  
**DEP. HENRIQUE PIRES**

**RELATOR**

